



CORDENONZI & OTTAÑO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

PARECER JURÍDICO

EMENTA: PEDIDO DE PARECER TÉCNICO JURÍDICO DE LICITAÇÃO. DIREITO ADMINISTRATIVO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA COMPOR O CARDÁPIO DA MERENDA ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA/TO, ANO LETIVO DE 2021. PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. PROCEDIMENTO DE CHAMADA PÚBLICA COM FUNDAMENTO NA LEI FEDERAL 8.666/93. RESOLUÇÃO FNDE Nº 26/2013 E ALTERAÇÕES E ART. 14 DA LEI Nº 11.947/2009.

1. DO RELATÓRIO

Preambularmente, o pleito em análise formulado Comissão Permanente de Licitação refere-se acerca da formulação de parecer jurídico em relação à possibilidade/legalidade da minuta do edital e do contrato aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE no Município de Oliveira de Fátima - TO, ano letivo de 2021 por PROCEDIMENTO DE CHAMADA PÚBLICA, a fim de atender a necessidade da Secretária Municipal de Educação, nos termos do artigo 14 da Lei Federal 11.947/2009 e Resolução nº 26/2013 do FNDE e suas alterações.

O procedimento em voga indica as exigências constantes na Lei Federal nº 8.666 e suas alterações, exigências da Lei Federal nº 11.947/2009 e Resolução do FNDE nº 26/2013 e alterações posteriores, bem como, as documentações que os interessados deverão apresentar em relação à sua capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica, qualificação econômico - financeira, validade dos documentos.

Vale ressaltar que a análise neste parecer se restringe a verificação dos requisitos formais para deflagração do Processo Administrativo em questão, bem

U.



CORDENONZI & OTTAÑO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

como, ao exame da modalidade adequada, da análise da minuta de edital e seus anexos.

Destaca-se ainda que a análise será restrita aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários.

Importante ressaltar ainda que o presente parecer é opinativo, ficando a cargo da autoridade superior a decisão final.

Assim, é o relatório sobre o caso em apreço ao qual este Assessor Jurídico passa a se manifestar.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

À luz do art-38, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93 é estabelecido que as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. Vejamos:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

(...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

Inferese que o parecer é o instrumento jurídico pelo qual o Advogado consultivo presta assessoramento técnico ao Poder Público. Por via deste, o advogado público desenvolve o raciocínio jurídico em torno de questionamentos formulados pela área técnica da Administração.

Neste contexto, observa-se que a Lei Federal nº 8.666/93, em seus artigos 17, 24 e 25, elenca hipóteses em que os processos licitatórios poderão ser, respectivamente:

Quadra 604 Sul Alameda 02 Lote 40, CEP: 77.022-044 - Palmas/TO
Fone: 3215 8612 / e-mail: atendimento@coadvocacia.com
www.coadvocacia.com



CORDENONZI & OTTAÑO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

dispensados, dispensáveis ou inexigíveis, sendo exceções à regra preceituada na Constituição Federal de 1988 disposta no art. 37, inciso XXI, a qual determina que as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública serão precedidas de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes.

É salutar esclarecer que, mesmo existindo hipóteses que dispensam ou que tratem da inexigibilidade do processo licitatório, isso não desobriga a Administração Pública de observar procedimentos pertinentes a essas formas de licitar. Em outras palavras, mesmo para as hipóteses de licitações dispensadas ou inexigíveis a Lei elenca formalidades indispensáveis e que devem ser prontamente atendidas pelos órgãos/entidades públicas licitantes, sob pena de incursão em crime.

Destarte, é importante ressaltar que a Lei nº 11.947/2009, que rege as aquisições governamentais e as contratações públicas, em seu artigo 14, introduziu no ordenamento jurídico uma nova hipótese de licitação dispensável, ou seja, estatuiu outra hipótese de dispensa de licitações além daquelas previstas no artigo 24 da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

-Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

§ 1º. A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria.

Com fundamento no dispositivo supracitado, conclui-se que:

- a) no mínimo 30% dos recursos repassados no âmbito do PNAE, para a aquisição de gêneros alimentícios da merenda escolar, deverão ser destinados aos fornecimentos realizados pela agricultura familiar e/ou pelo

Quadra 604 Sul Alameda 02 Lote 40, CEP: 77.022-044 - Palmas/TO
Fone: 3215 8612 / e-mail: atendimento@coadvocacia.com
www.coadvocacia.com



CORDENONZI & OTTAÑO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

empreendedor familiar rural poderão ser realizadas por meio de licitação dispensável;

b) as aquisições junto à agricultura familiar e/ou ao empreendedor familiar rural poderão ser realizadas por meio de licitação dispensável.

Portanto, percebe-se que as aquisições de alimentos por meio de procedimento de dispensa de licitação é uma faculdade do ente público, não existindo óbices para que os gêneros alimentícios sejam adquiridos por meio de processo licitatório regular, respeitando-se o percentual reservado à Agricultura e/ou Empreendedorismo Familiar.

Ademais, frisa-se que o Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - CD/FNDE, regulamentando a Lei nº 11.947/2009, editou a Resolução nº 26/2013, que assim disciplinou a aquisição de gêneros alimentícios no âmbito do PNAE.

Art. 18. Os recursos financeiros repassados pelo FNDE no âmbito do PNAE serão utilizados exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios.

Parágrafo único. A aquisição de qualquer item ou serviço, com exceção dos gêneros alimentícios, deverá estar desvinculada do processo de compra do PNAE.

Art. 19. A aquisição de gêneros alimentícios, no âmbito do PNAE, deverá obedecer ao cardápio planejado pelo nutricionista, observando as diretrizes desta Resolução e deverá ser realizada, sempre que possível, no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas, priorizando os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos.

Art. 20. A aquisição de gêneros alimentícios para o PNAE deverá ser realizada por meio de licitação pública, nos termos da Lei nº 8.666/1993 ou da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou, ainda, por dispensa do procedimento licitatório, nos termos do art. 14 da Lei nº 11.947/2009.

§1º Quando a EEx. optar pela dispensa do procedimento licitatório, nos termos do art. 14, §1º da Lei nº 11.947/2009, a aquisição será feita mediante prévia chamada pública.

§2º Considera-se chamada pública o procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica para aquisição de gêneros alimentícios



CORDENONZI & OTTAÑO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

provenientes da Agricultura Familiar e/ou Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações

Assim sendo, resta evidente que a Resolução CD/FNDE nº 26/2013 vinculou a faculdade pela dispensa do procedimento licitatório em relação as aquisições realizadas junto à Agricultura Familiar e/ou Empreendedores familiares, asseverando para este fim o procedimento administrativo denominado CHAMADA PÚBLICA.

Inobstante, o próprio § 2º do artigo 20 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013 define chamada pública como "o procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e/ou Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações."

Outrossim, é válido ainda mencionar que o FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, por meio do chamado Manual de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar estabelece, passo a passo, todos os procedimentos que devem ser observados pelas Entidades Executoras do PNAE - EEx, nos casos em optarem pela utilização da dispensa do procedimento licitatório, definindo a chamada pública como:

"O procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e/ou empreendedores familiares rurais ou suas organizações. É um instrumento firmado no âmbito das estratégias de compras públicas sustentáveis, que assegura o cumprimento dos princípios constitucionais da legalidade e da eficiência, ao passo que possibilita a veiculação de diretrizes governamentais importantes, relacionadas ao desenvolvimento sustentável, ao apoio à inclusão social e produtiva local e à promoção da segurança alimentar e nutricional"

Desse modo, nota-se que em relação ao pregão e a outras formas de licitação, a Chamada Pública carrega consigo maior possibilidade de atender às especificidades necessárias à aquisição da agricultura familiar, em outras palavras, é a ferramenta que demonstra maior adequação, pois, contribui satisfatoriamente para o cumprimento das diretrizes do PNAE, principalmente no que se tange à priorização de produtos



CORDENONZI & OTTAÑO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

fabricados em âmbito local de forma a fortalecer os hábitos alimentares, a cultura local e a agricultura familiar, aspectos fundamentais na garantia da segurança alimentar e nutricional.

Ressalta-se ainda que a Resolução CD/FNDE nº 26/2013 estabelece todos os requisitos e procedimentos para a aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar mediante a dispensa de processo licitatório, dentre eles:

- 1º - ORÇAMENTO: levantamento dos recursos orçamentários disponíveis.
- 2º - ARTICULAÇÃO ENTRE OS ATORES SOCIAIS: mapeamento dos produtos da agricultura familiar.
- 3º - CARDÁPIO: o nutricionista responsável técnico elabora os cardápios da alimentação escolar, incluindo alimentos regionais, com respeito às referências nutricionais e aos hábitos alimentares locais, e conforme a safra.
- 4º - PESQUISA DE PREÇO: Os preços dos produtos a serem adquiridos da agricultura familiar deverão ser previamente estabelecidos pela Entidade Executora e publicados no edital da Chamada Pública.
- 5º - CHAMADA PÚBLICA.
- 6º - ELABORAÇÃO DO PROJETO DE VENDA: O projeto de venda é o documento que formaliza o interesse dos agricultores familiares em vender sua produção para a alimentação escolar.
- 7º - RECEBIMENTO E SELEÇÃO DOS PROJETOS DE VENDA: apresentação dos documentos exigidos para a habilitação do produtor fornecedor.
- 8º - AMOSTRA PARA CONTROLE DE QUALIDADE.
- 9º - CONTRATO DE COMPRA.



CORDENONZI & OTTAÑO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

10º - ENTREGA DOS PRODUTOS, TERMO DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO DOS AGRICULTORES.

Desta forma, a minuta da chamada pública e seus anexos não revelaram necessidade de alterações e/ou modificações, pois apresentam os requisitos formais exigidos pelas legislações que tratam da matéria.

Ressalta-se que todas as informações contidas nos autos em análise por esta assessoria, é de inteira responsabilidade da Administração, onde, *prima facie*, mostra a ausência de qualquer vício que inviabilize a o prosseguimento do procedimento em baila.

É a fundamentação, passo a opinar.

3. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, e considerando os documentos apresentados pela CPL, este Assessor Jurídico que subscreve este parecer opina no sentido de que o objeto em questão pode ser adquirido mediante a DISPENSA DE LICITAÇÃO por meio da CHAMADA PÚBLICA, desde que seja para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e/ou Empreendedorismo Familiar e, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, além de que sejam cumpridas todas as normas anteriormente já explicitadas neste parecer para, só assim, estar apto a produzir seus devidos efeitos.

Quanto às minutas do edital e do contrato, após análise, entendendo que as mesmas se encontram aptas a produzirem seus devidos efeitos.

Por derradeiro, cumpre ressaltar que a Assessoria Jurídica do Município emite parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo se imiscuir quanto à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração



CORDENONZI & OTTAÑO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Pública, nem mesmo analisar aspectos de cunho eminentemente técnico-administrativo.

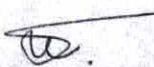
No mais, este parecer é de caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, a decisão da Gestora Municipal (TCU, Acórdão nº 2935/2011, Plenário, Rel. Min. WALTON ALENCAR RODRIGUES, DOU de 17/05/2011).

Nas palavras de JUSTEN FILHO (2014. P. 689) "*o essencial é a regularidade dos atos, não a aprovação da assessoria jurídica*", ou seja, o gestor é completamente livre em seu poder de decisão.

É o parecer.

A consideração superior.

Oliveira de Fátima, TO, 11 de maio de 2021.


MARCUS DOS SANTOS VIEIRA
OAB/TO 7600



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Oliveira de Fátima

Um governo para todos

GESTÃO: 2021-2024

Aviso de Licitação

CHAMADA PÚBLICA – Nº 001/2021.

O Fundo de Educação de Oliveira de Fátima – TO, torna público que fará realizar-se no dia **27 DO MÊS DE MAIO DE 2021 às 09:00 horas** na sala de reunião do comitê Gestor Municipal da Agricultura Familiar, situada à Avenida Pará contorno Av. Poso Alto, S/N, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade CHAMADA PÚBLICA, tipo menor preço por item, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, Mais informação através do fone/fax nº (63) 3335 – 1169, junto à Comissão Permanente de Licitação das 8:00 as 12:00 horas e das 14:00 as 18:00 horas.

Oliveira de Fátima - To, 14 de Maio de 2021.

Terezinha Fernandes de Souza Teles

TEREZINHA FERNANDES DE SOUZA TELES

Presidente

PORTARIA: 003/2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Oliveira de Fátima
Um governo para todos
GESTÃO: 2021-2024

CERTIDÃO

CERTIFICAMOS para os devidos fins, que a Licitação na modalidade CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021, foi afixada no diário oficial do município de Oliveira de Fátima do Tocantins e "placar" da Prefeitura Municipal, no dia 14 de Maio de 2021 devendo permanecer até o dia da abertura do mesmo.

Por ser verdade, firmamos o presente, nesta data.

Oliveira de Fátima – TO, aos 14 de Maio de 2021.

Terezinha Fernandes de Souza Teles

TEREZINHA FERNANDES DE SOUZA TELES

Presidente

PORTARIA: 003/2021



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO



DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FATIMA - TO

ANO I - OLIVEIRA DE FATIMA, SEXTA - FEIRA, 14 DE MAIO DE 2021 - Nº 18

ATOS DO PODER EXECUTIVO

AVISO CHAMADA PUBLICA

Chamada Publica nº 001/2021 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar com dispensa de licitação, lei nº 11.947, de 16/07/2009, Resolução nº 38 do FNDE, de 16/07/2009.

Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima, pessoa jurídica de direito público, com sede à AV. BERNARDO SAYÃO centro, inscrita CNPJ sob o nº 01.629.809/0001-40, através de Fundo de Educação, representado neste ato pela Presidente do Comitê de chamada pública a senhora Terezinha Fernandes de Sousa, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art. da 21 lei 11.947/2009 e na resolução FNDE/ CD nº 38/2009, vem realizar Chamada Publica para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, durante o período de 31/05/2021 à 31/05/2022. Os grupos Formais/Informais deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de venda a partir do dia 27/05/2021 às 09:00 horas, ao Comitê de chamada pública de Oliveira de Fátima, sede AV. Pará contorno com av. Pouso Alto s/nº centro no Município de Oliveira de Fátima-TO. Sala do Fundo de Educação.

Maiores informações através do Fone: (63) 3335-1169, das 07:00 as 12:00 horas de segunda a sexta - Feira ou pelo site: www.oliveiradefatima.to.gov.br, onde o presente edital estará disponível.

Prazo de Vigência	O prazo de vigência do contrato se dá a partir da data de sua assinatura, até 09 de maio de 2021.				
Forma de Pagº:	Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação de Nota Fiscal, e liberação do setor competente, após a prestação dos serviços.				
Dotação:	Secretaria	Dotação	Elemento	DC	V. Total
	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE	26.782.0088.2057	3.3.90.39	247	R\$ 6.496,86
Data da assinatura:	Aonde se ler ao 09 dias do mes de Abril de 2021 leia-se Aos 13 dias do mês de abril de 2021				

Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima-TO, aos 13 dias do mês de abril de 2021

ROSANE VANDERLEY DE MELO
Gestora de Contratos

EXTRATO DE CONTRATO ERRATA DO DIARIO Nº 11 DO DIA 16 DE ABRIL 2021

Fundamentação:	Lei 8.666/93 e alterações posteriores.
Processo nº 040/2021	Contrato de Prestação de Serviço de Transporte de Veículos
N. do contrato:	Nº 040/2021
Tipo de contrato:	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, POR KM RODADO, NECESSÁRIO PARA TRANSPORTAR VEICULOS DE GOIANIA-GO, A OLIVEIRA DE FÁTIMA-TO, OS QUAIS FORAM DOADOS PELA RECEITA FEDERAL AO MUNICIPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA-TO.
Contratante	Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima-TO
Contratado:	P. ROBERTO ROGERI PEREIRA-ME
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, POR KM RODADO, NECESSÁRIO PARA TRANSPORTAR VEICULOS DE GOIANIA-GO, A OLIVEIRA DE FÁTIMA-TO, OS QUAIS FORAM DOADOS PELA RECEITA FEDERAL AO MUNICIPIO DE OLIVEIRA DE FÁTIMA-TO.
Valor Total	R\$ 6.496,86 (seis mil quatrocentos e noventa e seis reais e oitenta e seis centavos)



NEREU FONTES DA LUZ
PREFEITO MUNICIPAL